

PRONOME APASSIVADOR? UMA PERSPECTIVA COGNITIVA NA ANÁLISE DO PRONOME *SE*

Cláudia Brandão Vieira
Doutoranda em Estudos Linguísticos (UFMG)
claubrandaov@gmail.com

Thaís Maíra Machado de Sá
Doutoranda em Estudos Linguísticos (UFMG)
thaismaira@gmail.com

RESUMO

Este trabalho analisa, sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, a adequação da classificação proposta pelas gramáticas normativas tradicionais (GT) do pronome *se* em partícula apassivadora. Por meio de conceitos como *perspectivação*, *perfilamento* e *figura-fundo*, o estudo evidencia que, em construções passivas sintéticas, o pronome *se* possui primordialmente a função conceitual de marcar a indeterminação do sujeito, contrariando, portanto, a classificação normativa. Tal constatação é relevante tanto para a problematização do ensino do português brasileiro, como para a difusão de propostas que privilegiem a perspectiva da Linguística Cognitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Cognitiva, Pronome *se*, Sujeito, Índice de indeterminação.

ABSTRACT

This work aims at analyzing, through the Cognitive Linguistics perspective, how adequate it is to classify the *se* pronoun as a passive particle, as proposed by traditional prescriptive grammars. Using concepts such as construal effects, profiling and figure/ground, this study shows that in synthetic passive voice structures, the *se* pronoun has the primarily conceptual function of highlighting the indeterminacy of the subject, thus contradicting the prescriptive grammar classification. This finding is relevant for both the questioning of the Brazilian Portuguese education as to the dissemination of proposals that favor the perspective of Cognitive Linguistics.

KEYWORDS: Cognitive Linguistics, *Se* pronoun, Subject, Index of Indeterminacy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar, sob a perspectiva da Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008; TALMY, 2000), a adequação da classificação do pronome *se* em partícula apassivadora proposta pelas gramáticas normativas. Pretendemos evidenciar que o pronome *se*, primordialmente, possui a função de marcar a indeterminação do sujeito em construções classificadas como passivas sintéticas.

Sob a abordagem normativa (CEGALLA, 2010; CUNHA E CINTRA, 2008; ROCHA LIMA, 1998), o pronome *se* assume diferentes papéis, como índice de indeterminação do sujeito, partícula apassivadora, objeto de verbo reflexivo, pronome de realce e parte integrante de verbos pronominais. Na literatura linguística, uma das mais fortes críticas ao arcabouço das gramáticas normativas diz respeito à diferenciação do pronome *se* em partícula apassivadora e em índice de indeterminação do sujeito (ALI, 2008; BAGNO, 2000; 2003; SCHERRE, 2005). O foco de nosso trabalho está direcionado, especificamente, para a fragilidade dos critérios que diferenciam as duas funções, propondo uma perspectiva cognitiva para a análise do pronome *se*.

Nas gramáticas normativas, a distinção entre as funções de pronome apassivador e de índice de indeterminação do sujeito é baseada em critérios como: (i) concordância do verbo com sintagma nominal posterior ao verbo; (ii) transitividade do verbo; (iii) equivalência de significado entre voz passiva sintética e voz passiva analítica. Conforme apontam Rocha Lima (1998), Cegalla (2010), Cunha e Cintra (2008), entre outros autores de gramáticas normativas, o pronome *se* funciona como índice de indeterminação do sujeito junto à 3ª pessoa do singular de verbos intransitivos ou de verbos com complemento transitivo indireto. Para os autores, o pronome apassivador *se* ocorre junto a uma 3ª pessoa - singular ou plural - de verbos transitivos diretos, em concordância com o sujeito. Dessa forma, sob a perspectiva normativa, o pronome *se* exerce as seguintes funções nos exemplos abaixo:

- (1) Vendem-se casas na praia. → Pronome apassivador
- (2) Precisa-se de cozinheiros. → Índice de indeterminação do sujeito
- (3) Vende-se casas na praia. → Uso inadequado do pronome

(4) Aqui *se* vive bem. → Índice de indeterminação do sujeito

O critério sintático de concordância entre verbo e sujeito, como ocorre entre o verbo *vender* e o nome *casas* (exemplo (1)), parece não ser suficiente para discriminar as duas funções do pronome. A inadequação de tal classificação foi discutida por autores como Ali (2008), Bagno (2000; 2003) e Scherre (2005). Os autores apontam que casos em que não há concordância entre o verbo e sintagma nominal posposto (exemplo 3) possuem grande ocorrência no uso coloquial da língua, embora sejam julgados agramaticais pelos compêndios normativos. No livro *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Said Ali (2008) conclui que a concordância verbal em casos como o exemplo (1) ocorre pela “influência de frases de verbo pronominal com sentido manifestamente reflexivo” (p. 112), como em:

(5) Os pais dos noivos sentam-se no primeiro banco da igreja.

Bagno (2000) assume uma perspectiva sintático-semântica para explicar a ausência de concordância em construções consideradas passivas sintéticas. Para o linguista, o pronome *se* é um recurso que a língua dispõe para indicar a indeterminação de um sujeito que possui o traço [+humano]. Como a maior parte dos verbos utilizados em *passivas sintéticas* demandam um sujeito [+humano] e um complemento, a ausência de tal traço faz com que os falantes a não reconheçam o sintagma nominal posposto ao verbo como sujeito da sentença.

O critério da transitividade verbal também se mostra insuficiente para a distinção entre pronome apassivador e índice de indeterminação do sujeito. Bechara (2009) afirma que a diferenciação entre verbos transitivos e intransitivos não é absoluta, e “mais pertence ao léxico do que a gramática” (p.415). Os exemplos (6) e (7), como podemos observar, apresentam um mesmo verbo, *comer*, em duas classificações distintas de transitividade, em (6) transitivo direto, em (7) intransitivo.

(6) Aqui *se* *come* muita pizza.

(7) Aqui *se* *come* bem.

Bagno (2003) argumenta que a classificação baseada exclusivamente na transitividade verbal, que diferencia a função do *se* nos exemplos (6) e (7), não leva em conta o fato de que ambas as sentenças expressam o conteúdo semântico de que um ente animado não especificado pratica a ação descrita pelo verbo. Assim, não faria sentido considerar que a transitividade verbal determinaria a função do *se*, pois teríamos em (6) uma partícula

apassivadora, enquanto em (7) um índice de indeterminação. Para o pesquisador, nos dois exemplos, o *se* funciona como *sujeito indeterminado*, independente das diáteses assumidas pelo verbo.

A equivalência semântica entre sentenças passivas analíticas e passivas sintéticas também constitui uma fragilidade na classificação normativa. Said Ali (2008) assegura que a voz passiva sintética não é semanticamente equivalente à voz passiva analítica. Para comprovar tal posição, expõe os exemplos abaixo:

(8) Aluga-se esta casa.

(9) Esta casa é alugada. (ALI, 2008, p.115)

O linguista explica que os exemplos (8) e (9) expressam informações diferentes. Se imaginarmos placas contendo tais enunciados na faixa de uma casa, é possível afirmar que a primeira teria a função de atrair pessoas interessadas em alugar a casa, e a segunda teria a função informar que a casa possui inquilinos.

Embora a inadequação da função apassivadora do pronome *se* seja abordada na literatura linguística, grande parte dos trabalhos sobre esse problema apelam para uma perspectiva linguística tradicional (BAGNO, 2000, 2003; SCHERRE, 2005). Em geral, os autores adotam a hipótese da *modularidade*ⁱ da linguagem, segundo a qual o conhecimento linguístico é bastante específico e encontra-se armazenado independente de outros tipos de conhecimentos relacionados ao uso efetivo da linguagem. Nessa perspectiva, existe uma separação supostamente estrita entre informações semânticas – ligadas ao significado específico de um item lexical e armazenadas no léxico – e informações pragmáticas – ligadas ao uso efetivo da língua e armazenadas separadas dos conhecimentos linguísticos.

Para Pina (2005), Said Ali (2008) apresenta um caminho diferente dos demais teóricos, pois aborda uma *consciência psicológica* do falante ao utilizar o *se*, não se limitando a explicações estritamente formais. O linguista utiliza argumentos bastante inovadores ao questionar se, na *consciência* do usuário da língua, o pronome *se* sugere a ideia de alguém existente, “mas que não conhecemos ou não queremos nomear” (p.106).

A proposta deste trabalho assemelha-se, em certa medida, à perspectiva de Ali (2008) ao privilegiar as características psicológicas - ou cognitivas - das construções em que o pronome *se* é normativamente chamado de *pronome apassivador*. Utilizaremos o arcabouço

da Linguística Cognitiva para analisar os significados denotados pelo pronome *se*, que são naturalmente ativados pelo falante no uso efetivo da linguagem. Na próxima seção, apresentaremos alguns dos fundamentos da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008), proposta teórica que coloca a língua como parte de nosso aparato cognitivo e que serve como base para análise das construções em que o pronome *se* ocorre.

A PERSPECTIVA COGNITIVA

Nos estudos da linguagem, a Linguística Cognitiva propõe a compreensão de fenômenos linguísticos por meio das experiências de uso. Neste contexto, a língua deixa de ser compreendida como um módulo, que está presente na mente dos falantes, independente e altamente especializado. Ao considerar que a linguagem e os demais aspectos da cognição humana possuem uma base comum, as propriedades da língua são vistas como reflexos de diferentes capacidades cognitivas gerais, tais como percepção, memória e categorização.

Diferente das teorias linguísticas mais tradicionais, especificamente a Gramática Gerativa de Chomsky, o construto teórico da Linguística Cognitiva tem por objetivo explicar os princípios que regem o uso real da linguagem. Para Silva (1997), a Linguística Cognitiva distingue-se do paradigma gerativo por considerar inadequada a primazia da sintaxe sobre outros aspectos da linguagem – por exemplo, sobre o aspecto conceitual. Ademais, a teoria Cognitiva propõe que qualquer análise deve ser baseada na observação do uso linguístico, opondo-se à exclusão *chomskyana* de *performance* linguística.

A Linguística Cognitiva não se apresenta sob a forma de um programa teórico único, mas sim sob a forma de "um conjunto de perspectivas e de análises teóricas metodologicamente compatíveis". (SILVA, 1997, p.92). A proposta que subscrevemos neste trabalho corresponde a conceitos propostos na Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008). Especificamente, os conceitos de *perspectivação*, *perfilamento*, *figura-fundo* são de interesse central para a análise aqui desenvolvida.

A Gramática Cognitiva

Para Langacker (1987), a gramática é composta por unidades que compõem o inventário linguístico convencionalizado pelos falantes de uma língua. As unidades são entidades simbólicas que surgem do pareamento entre forma (fonológica) e significado (semântico). Nessa perspectiva, rejeita-se a noção de que as estruturas de significado podem ser reduzidas a conjuntos de traços abstratos e essenciais. O significado de uma unidade linguística é concebido como uma construção cognitiva por meio da qual o mundo é apreendido e experienciado.

Na Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987, 2008), as unidades simbólicas servem para categorizar eventos de uso da língua. O modelo fundamenta-se na hipótese de que léxico e sintaxe não constituem unidades operacionais separadas, uma vez que as unidades linguísticas possuem níveis variáveis de complexidade interna e de esquematicidade. A gramática de uma língua inclui desde unidades básicas como a palavra *cozinha*, até estruturas complexas como as construções de sujeito indeterminado - por exemplo, a sentença *Precisa-se de cozinheiros*.

O grau de esquematicidade de uma unidade linguística varia conforme o tipo de esquema ativado, incluindo desde esquemas genéricos - como as categorias das palavras (e.g.: *nome, verbo, pronome*) ou os tipos de construções (e.g.: *construção passiva, construção transitiva*) - até unidades de significados específicos - como os significados de palavras isoladas (e.g.: *jornal*) ou sentença (e.g.: *Aqui se lê muito jornal*).

Perspectivação Conceitual

A perspectivação conceitual diz respeito à capacidade do falante de expressar - e organizar - de diferentes maneiras uma mesma situação. É o ponto de vista assumido diante de qualquer situação. Para Tenuta & Lepesqueur (2011), os significados linguísticos são fruto tanto do conteúdo conceitual, como da perspectivação conceitual. Qualquer conteúdo transmitido pela língua expressa, pela forma como as unidades linguísticas se organizam, um determinado ponto de vista sobre o evento que está sendo descrito.

Com isso, cada conceitualização produzida de uma mesma cena objetiva reflete um *construal*, uma alteração contextual que expressa diferentes formas de se conceber uma mesma situação. Esse *construal* depende de fatores tais como foco, ponto de vista, figura-fundo, além do grau de detalhamento imposto à cena. Para Langacker (2004), o significado vai além do conteúdo conceitual de uma unidade linguística, abrangendo também o conteúdo *construal*.

A *perspectivação conceitual* é relevante para análise apresentada neste trabalho (seção 2.1), pois acreditamos que as cenas em que ocorrem o *se apassivador* e o *se indeterminador* refletem, em certa medida, uma mesma perspectiva sobre os participantes da cena.

Perfilamento

A Psicologia da Gestalt exerce grande influência sobre os construtos teóricos da Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 2001). Dentre os princípios da Gestalt que tiveram grande impacto na Linguística Cognitiva, destaca-se o princípio da *saliência focal*. Esse fenômeno está relacionado à capacidade de um falante enfatizar, por meio da linguagem, alguns elementos de uma cena conceitual, deixando outros em segundo plano.

Especificamente, a *saliência focal* é parte constituinte de um processo cognitivo chamado *perfilamento*. Esse processo manifesta-se quando uma expressão linguística evidencia um *perfil*, uma *base* e um *domínio*. Unidades semânticas possuem elementos dotados de maior *saliência* que são chamados de *perfil da expressão linguística*. O conjunto de aspectos sobre os quais um *perfil* se sobressai é chamado de *base conceitual*. Além disso, uma base também se constrói sobre estruturas maiores, mais genéricas chamadas de *domínios*.

Acreditamos que o perfilamento desencadeado por classes de palavras configura-se como um ponto importante para análise das construções com o pronome *se*. Visto que o sentido de um verbo perfila as relações entre as entidades obrigatoriamente presentes em uma cena, é possível que, em construções com o pronome *se*, uma entidade perfilada não seja claramente identificável. Dentre os mecanismos que realizam esse “apagamento” de entidades, o *sombreamento* é bastante relevante para a análise desenvolvida na seção 2.2.

Figura-Fundo

De modo semelhante ao perfilamento, os conceitos *figura-fundo* também expressam uma forma de se organizar aspectos do sentido que sempre parecem mais salientes em relação a outros.

A organização figura-fundo é uma característica geral das capacidades perceptuais. O ser humano percebe o ambiente como uma unidade total composta dos estímulos sensoriais que ele conhece ou presta atenção (a figura) e aqueles que ele não conhece nem presta atenção (o fundo). O processo figura-fundo é perceptual e muda momentaneamente. (PINA, 2009, p.28)

No uso da linguagem, a *figura* dentro de uma cena é uma subestrutura que se destaca do restante (o *fundo*). Ela recebe proeminência especial como a entidade central ao redor da qual a cena é organizada. (LANGACKER, 1987). A organização *figura-fundo* não é automaticamente determinada para cada cena. Diferentes *construals* expressam as possibilidades de disposição dos elementos que irão compor a *figura* e o *fundo* das expressões linguísticas.

Para Talmy (2000), as relações assimétricas entre eventos e participantes refletem as posições sintáticas em que as funções de *figura* e de *fundo* são expressas. Em expressões básicas, a *figura* tem precedência sobre o *fundo*. Prototipicamente, o sujeito corresponde ao participante com maior proeminência focal, e, por isso, assume o papel de *figura* nas expressões. Em geral, o complemento integra o que está no *fundo* da cena. É importante ressaltar que a existência de uma configuração prototípica não impede a ocorrências de outros tipos de configurações mais marcadas.

As semelhanças entre as configurações *figura-fundo* das construções com o *se indeterminador* e com *se apassivador* trazem relevantes contribuições para a discussão sobre a unificação das duas funções. As características dessas configurações serão mais bem detalhadas na seção 2.3.

ANÁLISE

Perspectivação Conceitual

A *perspectivação conceitual* possibilita a percepção de que as cenas em que ocorrem o *se apassivador* e o *se indeterminador* refletem uma mesma perspectiva sobre os participantes da cena. Por se tratar de pronome oblíquo, é possível que a função do *se* seja relacionada às entidades que participam de um evento denotado pelo verbo. Deste modo, observemos os enunciados:

(10) Aqui se lê muito.

(11) Aqui se lê muito jornal.

(12) Aqui muito jornal é lido (pelos hóspedes).

O evento conceitualizado pelo verbo *ler* nos exemplos acima pode ser expresso pelas seguintes diáteses:

Exemplos (10) e (11)

Sintaxeⁱⁱ: {verbo} Sadv Suj (Obj)ⁱⁱⁱ

Semântica: [LER]: lugar < agente; (paciente) >

Os participantes do evento são identificados cognitivamente como:

(10) [LER]: <alguém indeterminado >

(11) [LER]: <alguém indeterminado; jornal>

Exemplo (12)

Sintaxe: {aux + verbo}: SAdv Suj (SP)

Semântica: [SER+LER]: lugar < paciente; (agente) >

Os participantes do evento são identificados cognitivamente como:

(12) [LER]: <jornal >

Nos enunciados (10) e (11), a construção com o pronome *se* e o verbo *ler* demanda, semanticamente, um *agente*^{iv} e, opcionalmente, um *paciente*. Embora a posição opcional de *paciente* esteja preenchida em (11), é a posição do participante *agente* que constitui o foco de nossa análise.

Como é possível notar, as duas construções com o pronome *se* possuem uma perspectiva semelhante na forma de conceber o participante *agente*, pois invocam o conceito de alguém indeterminado, não especificado. Ao que parece, o pronome *se* seria o elemento responsável por desencadear tal perspectiva.

A construção *passiva analítica*, apresentada no exemplo (12), não expressa essa perspectivização. A comparação entre a construção *passiva analítica* (exemplo 12) e a suposta *passiva sintética* (exemplo 11) é necessária, pois a Gramática Normativa considera tais construções equivalentes. Como a análise dos participantes da cena indica, não há equivalência entre as duas construções. No exemplo (11), o participante o *agente*, conceitualizado como uma pessoa indeterminada, está relacionado à posição de sujeito. Todavia, no exemplo (12), é o participante *paciente* que está relacionado à posição sujeito. Além disso, na construção *passiva analítica*, o participante *agente* é opcional, perdendo saliência na cena.

Perfilamento

Um ponto importante para análise das construções com o pronome *se*, diz respeito ao perfilamento desencadeado por classes de palavras. Oliveira (2010) explica que

Substantivos possuem um perfil nominal, porque colocam e evidências ‘coisas’ (por exemplo, *alimento*) que podem ser conceitualizadas sem referência a outras entidades. Por seu lado, verbos possuem um perfil relacional porque designam processos (por exemplo, *alimentar*) que ontologicamente envolvem uma relação entre as entidades a que nos referimos, quais sejam, um *agente* que dá alimento e um *beneficiário*.(p. 116)

Para Oliveira (2010), o sentido de um verbo perfila as relações entre os participantes obrigatoriamente presentes em uma cena. Entretanto, conforme aponta Goldberg (2006), existem condições em que uma entidade perfilada não é necessariamente expressa em uma cena. Dentre os mecanismos tratados por Goldberg (2006), o *sombreamento* é o processo pelo qual um dado participante perde evidência, sendo colocado “nas sombras” do evento descrito. Em tal processo, o participante tanto pode ser provisoriamente cortado da cena, como pode ser expresso de forma não saliente. Se retomarmos as análises da seção anterior, é possível notar um tipo de *sombreamento* produzido pelo *se*:

(10) Aqui se lê muito.

(11) Aqui se lê muito jornal.

Nos enunciados acima, o pronome *se* indica a presença de um participante da cena. Porém, ao ser atribuída a um ente humano desconhecido ou que não convém nomear, essa presença sofre *sombreamento*. O *se* seria, portanto, uma unidade linguística que marca um participante na cena de forma não saliente. Se analisarmos outros exemplos de sentenças com a chamada *partícula apassivadora* e com o *índice de indeterminação do sujeito*, mantém-se a perspectiva do *sombreamento* do participante.

(13) Vive-se bem em Estocolmo.

(14) Vende-se muitos apartamentos na planta^v.

Ademais, ao sombrear o participante que ocupa o papel de *agente*, o pronome *se* faz com que o evento denotado pelo verbo seja posto em evidência na construção. Nos exemplos (13) e (14), notamos que a perspectiva assumida pelo falante focaliza o evento expresso pelo verbo. Logo, ao afirmar que *vive-se bem em Estocolmo*, um falante estaria tratando, prioritariamente, do ato de viver bem. Da mesma forma, o enunciado *vende-se muitos apartamentos na planta* perfila o evento de *venda* como o conteúdo mais importante a ser transmitido.

Pode-se argumentar que, no português brasileiro, o *sombreamento* de participantes desencadeado pelo pronome *se* é semelhante ao *sombreamento* proporcionado pelo uso de expressões como *alguém*, *uma pessoa*, *a gente* ou através do uso da 3ª pessoa do plural. No entanto, tal análise parece-nos inadequada, se tomarmos exemplos como:

(14) Vende-se muitos apartamentos na planta.

(15) Alguém vende muitos apartamentos na planta.

(16) Vendem muitos apartamentos na planta.

É possível notar que, no exemplo (15), embora o participante não seja referencialmente identificado, ele está representado na construção. Além disso, os exemplos (14) e (15) parecem não perfilar o mesmo tipo de significado, já que (15) coloca em evidência a informação sobre um *agente* não especificado.

Também há diferenças entre as perspectivas adotadas nos exemplo (14) e (16). No primeiro exemplo, a pessoa que enuncia pode ser identificada como quem realiza a ação,

quem vende muitos apartamentos. Já no segundo exemplo, a pessoa que enuncia parece não ser identificada como quem realiza a ação. Para Pina (2009), esses fatos indicam que o *se* é um recurso linguístico que aparenta ser mais indeterminado do que a terceira pessoa do plural. No uso da terceira pessoa do plural, a identificação do enunciador como possível *agente* é pouco provável. Já, no uso da partícula *se*, existe a possibilidade de que qualquer pessoa do discurso, inclusive o enunciador, possa ser o *agente* do evento.

Dessa forma, independentemente da transitividade verbal, o pronome *se* parece ser uma forma de *sombreamento* de participantes, em que o evento denotado pelo verbo torna-se o *perfil* da construção. Além disso, a indeterminação do *agente* em construções com o pronome *se* parece ocorrer de modo distinto da indeterminação provocada pelo uso de terceira pessoa do plural ou de outras expressões indeterminadoras.

Figura e Fundo

Haja vista que o falante necessariamente segmenta as cenas em *figura* (parte mais saliente; participante mais importante) e *fundo* (parte menos saliente; a ação; outros participantes e circunstâncias), podemos verificar que as construções com o *se indeterminador* e o *se* supostamente *apassivador* refletem configurações *figura-fundo* semelhantes.

(17) Come-se muito bem em São Paulo.

(18) Come-se boas pizzas em São Paulo.

(19) Maria come muito bem em São Paulo. → expressão prototípica

Ao observar os exemplos (17), (18) e (19), é possível notar que o pronome *se* – cujo correspondente na expressão (19) seria o participante *Maria* – possui pouca saliência perceptual nos exemplos (17) e (18), e, por isso, ocupa a posição *fundo*. Nesses casos, o evento denotado pelo verbo (*comer bem* ou *comer boas pizzas*) possui maior saliência, por isso assume a posição de *figura* nas expressões.

A noção *figura-fundo* também contribui para a explicação sobre a ausência de paralelismo semântico entre a voz *passiva analítica* e a suposta voz *passiva sintética*.

(20) Aluga-se esta casa

(21) Esta casa é alugada

Ao observar os exemplos acima (20) e (21), notamos que os dois enunciados não expressam o mesmo conteúdo semântico, devido a diferentes configurações entre *figura-fundo*. No exemplo (20), o *agente* da ação é sombreado (ocupando o *fundo*), e o evento é colocado como *figura*. Já no exemplo (21), o *agente* da ação permanece sombreado, porém é o paciente da ação (*esta casa*) quem assume a posição de *figura*. Assim, podemos notar que a suposta equivalência prevista pelos compêndios tradicionais não reflete uma mesma segmentação cognitiva da cena codificada pelo falante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma breve exposição sobre a inadequação da classificação prevista pela Gramática Normativa, que diferencia o *se* apassivador do *se* indeterminador do sujeito. Nosso objetivo foi destacar como a Linguística Cognitiva pode oferecer valiosas contribuições sobre o significado e as funções do pronome *se*.

Como foi exposto ao longo do texto, a Gramática Normativa separa o *pronome apassivador* do *pronome indeterminador*, porém tal distinção parece não acontecer sob a perspectiva do significado cognitivo. Em nossas análises, encontramos evidências de que, sob o ponto de vista da *perspectivação conceitual*, do *perfilamento* e da configuração *figura-fundo*, o *pronome apassivador* e o *pronome indeterminador* constituem um mesmo fenômeno de indeterminação do *agente* de uma ação. Nas construções aqui abordadas, o *se* possui a capacidade de expressar semanticamente as seguintes informações: (i) o participante *agente* foi tirado de foco, ou *sombreado*, na construção; (ii) há possibilidade desse participante *sombreado* ser identificado referencialmente com o produtor do enunciado. Ademais, o fato de o participante principal ser tirado de foco permite uma alteração na configuração prototípica das expressões linguísticas, elevando ao papel de *figura* o evento denotado pelo verbo.

Também foi evidenciado que a equivalência entre a voz *passiva analítica* e a suposta voz *passiva sintética* não é atestada cognitivamente, pois a configuração *figura-fundo* não é semelhante nas duas construções. Na construção *passiva sintética*, o evento denotado pelo

verbo ocupa o papel de *figura*. Entretanto, na construção *passiva analítica*, o papel de *figura* é ocupado pelo participante *paciente*.

Por não haver evidências, no âmbito cognitivo, para se distinguir as duas funções do pronome *se*, a análise aqui realizada também é significativa para o ensino do português brasileiro. Faz-se necessária uma reflexão por parte dos professores sobre a maneira mais adequada de se abordar a classificação proposta pelas Gramáticas Tradicionais. Acreditamos que a problematização dessa classificação possa contribuir para a formação de estudantes mais conscientes das limitações e incoerências presentes nos compêndios tradicionais.

Por fim, é importante tratar da inovação trazida pela Gramática Cognitiva. Na literatura linguística, há diversos estudos que tratam dos problemas derivados da classificação normativa, e, em geral, esses estudos privilegiam abordagens formalistas do problema. No entanto, conforme se verificou ao longo deste trabalho, a inadequação da classificação normativa é, em maior parte, gerada por questões conceituais e cognitivas. Portanto, acreditamos que a investigação aqui iniciada possa contribuir para a inserção de novas perspectivas teóricas no debate sobre um problema bastante conhecido.

REFERÊNCIAS

- ALI, Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7.ed. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008 (1908).
- BAGNO, Marcos. “A “subversão herética” do ensino de língua”. In: *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Loyola, p. 219-250, 2000.
- _____. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BECHARA, Evanildo A. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- FERRARI, Lilian V. “Modelos de Gramáticas em Linguística Cognitiva: princípios convergentes e perspectivas complementares”. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 41, p. 146-166, 2010.
- _____. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GOLDBERG, Adele. E. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive Grammar. Vol. I: Theoretical prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. "Viewing and experiential reporting in cognitive grammar". In: SILVA, Augusto S. (Org.). *Linguagem e cognição: a perspectiva da lingüística cognitiva*. Braga: Ed. Associação Portuguesa de Lingüística, Faculdade de Filosofia de Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2001. p.19-49.

_____. *A course in cognitive grammar*. (Partial preliminary draft). Disponibilizado para o curso: Introduction to the theory of cognitive grammar - Cognitive Linguistics - realizado em High Whyombe, UK . Maio de 2004.

_____. *Cognitive Grammar: A Basic Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

OLIVEIRA, Aparecida. A. "Uma introdução à Gramática Cognitiva". In: HERMONT, Arabie B.; ESPÍRITO SANTO, Rosana S.; CAVALCANTE, Sandra M. S.. (Org.). *Linguagem e Cognição - Diferentes perspectivas - de cada lugar um olhar*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010, p. 105-123.

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

PINA, Angelina A. "A Atualidade de Manuel Said Ali: a sintaxe do pronome "se" e a cognição." In: *Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, 9, 2005, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Por uma nova "percepção" sobre um antigo problema: estudo cognitivo-construcional do sujeito indeterminado com se no português*. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA-LIMA, Carlos H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

SCHERRE, Marta M. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SILVA, Augusto S. "A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística". In: *Revista Portuguesa de Humanidades*. vol. I, Fasc. 1-2, 1997. p 59-101.

TENUTA, Adriana. M. ; LEPESQUEUR, Marcos. "Aspectos da afiliação epistemológica da linguística cognitiva à psicologia da gestalt: percepção e linguagem". *Ciências & Cognição (UFRJ)*, v. 16 (2), p. 65-81, 2011.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics: concept structuring systems*. Cambridge: The MIT Press, 2000. v.1.

Recebido em 02 de agosto de 2015.

Aceite em 05 de outubro de 2015.

Como citar este artigo:

VIEIRA, Cláudia Brandão; SÁ, Thaís Maíra Machado de. Pronome apassivador? Uma perspectiva cognitiva na análise do pronome se. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 21, jul.-dez. 2015. p.411-426. Disponível em: < <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num21/estudos/Palimpsesto21estudos05.pdf> >. Acesso em: dd mmm. aaaa. ISSN: 1809-3507.

ⁱ Para uma breve introdução a hipótese da *modularidade* da linguagem, ver Ferrari (2011).

ⁱⁱ A notação da estrutura sintática adotada neste trabalho assemelha-se a proposta de Goldberg (2006).

ⁱⁱⁱ O parêntese expressa a opcionalidade do elemento assinalado.

^{iv} Em nossa análise, seguindo a proposta de Perini (2008), não há diferenciação entre agente e experienciador.

^v Na língua falada, esse tipo de enunciado geralmente não apresenta concordância entre verbo e suposto sujeito.